



HAL
open science

PA Margarida Alves: uma frente pioneira em curso de estabilização

Marcelo Pires Negrao, Florent Kohler

► **To cite this version:**

Marcelo Pires Negrao, Florent Kohler. PA Margarida Alves: uma frente pioneira em curso de estabilização. François-Michel Le Tourneau; Otávio do Canto. Amazônia brasileira, Situações locais e evoluções, vol. 1 Sínteses dos casos de estudo, NUMA/UFPa, pp.93-116, 2019, 978-85-88998-73-5. halshs-02354791

HAL Id: halshs-02354791

<https://shs.hal.science/halshs-02354791>

Submitted on 9 Nov 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

PA MARGARIDA ALVES: UMA FRENTE PIONEIRA EM CURSO DE ESTABILIZAÇÃO

M. Pires Negrão

F. Kohler

O PA Margarida Alves

Nos anos 1990, após a chegada maciça de migrantes originários do centro-sul do Brasil e a saturação rápida dos assentamentos iniciais do meio-leste rondoniense, circundados por grandes fazendas e latifúndios concedidos à época da colonização militar, chegou à Amazônia, através de Rondônia, a influência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nos anos seguintes, o MST expandiu sua atuação na região e hoje encontra-se presente em 13 acampamentos e assentamentos do Estado - sendo cinco deles na área de estudo, Ouro Preto d'Oeste.

Essa região reúne hoje os elementos que caracterizam uma frente pioneira clássica em curso de estabilização (NASUTI, 2010). Após um período de uso intensivo e esgotamento dos recursos florestais, os colonos foram em busca de alternativas econômicas e, sobretudo, da melhoria das próprias condições de vida. A pecuária apareceu como alternativa viável e vem se disseminando há mais de duas décadas, criando tendências como a concentração de lotes para criação de gado de corte - resultado do desânimo de pequenos colonos - e a disseminação da policultura e criação de animais (como gado de leite, porcos e aves).

Nessa busca por melhoria, o MST e o STR estabeleceram uma aliança com a Diocese de Ji-Paraná que permitiu a criação de novos projetos de assentamento nos anos 1990. Essa aliança teve rebatimentos no modo de produzir e morar dessas novas áreas, resultando na busca pela produção de orgânicos, da autonomia em relação ao conhecimento técnico-científico e

da dependência dos mercados tradicionais. O Projeto de Assentamento (PA) Margarida Alves é uma síntese desses processos.

▪ Contexto histórico-regional

A região de Ouro Preto d'Oeste (RO) possui cerca de 75 mil habitantes distribuídos por cinco municípios. Ouro Preto é a cidade polo que concentra a maior parte dos serviços públicos e do comércio regional. Sua ocupação formal iniciou em 1970, através do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Ouro Preto, lançado pelo INCRA.

Esse projeto fez da região uma zona preferencial para a colonização da Amazônia brasileira durante o período militar. Inicialmente, o PIC Ouro Preto compreendia 512 mil hectares de terra situadas entre os quilômetros 385 e 352 da rodovia BR 364 e divididas em cinco glebas (Ouro Preto, Costa Marques, Novo Destino, Santa Rosa, Djaru Uaru e Vida Nova). Tratava-se, na época, de uma zona prioritária para a segurança nacional, o que permitia efetuar com agilidade as desapropriações de terras, então controladas pelos padrões da borracha e do garimpo. A organização territorial dessa região tornou-se uma síntese das transformações políticas e fundiárias pelas quais passou o Estado de Rondônia nos últimos 50 anos. A partir do início dos anos 1980, os programas militares de colonização da Amazônia desaceleram e os polos de desenvolvimento regionais implantados pelo INCRA passam a dar lugar a municípios emancipados. A fundação de Ouro Preto d'Oeste data de 1981 e nos anos 1990 alguns dos seus distritos foram também emancipados, dando origem às prefeituras de Mirante da Serra (1993), Urupá (1993), Teixeiraópolis (1997) e Nova União (1997). É precisamente nessa última que se encontra nossa área de estudo, o Assentamento Margarida Alves criado sob o governo Fernando Henrique Cardoso.

A partir das mobilizações pela conservação que antecederam a Eco-92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 - a região passa então a receber recursos e diferentes programas destinados à conservação ambiental. O primeiro

desses programas, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), foi abandonado ainda nos anos 1980. Em seguida vem o programa de maior impacto regional, financiado pelo então grupo dos sete países mais ricos do mundo, o PPG-7, que resulta na criação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro). Esse programa marca o fim da abertura de estradas vicinais para colonização do território (importante vetor de desmatamento) e é responsável pelo início efetivo de uma política regional de titularização de terras. O Planafloro culmina na criação do Zoneamento Agroecológico de Rondônia, que mais tarde foi convertido no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-RO, 2000). Os municípios de Nova União e Ouro Preto d'Oeste encontram-se na Zona 1.1 do ZEE, com as maiores taxas de desflorestamento do Estado, vocação para atividades agropastoris (principal bacia leiteira de Rondônia) e aptidão para ocupação humana de média densidade.

A economia agrícola da região de Ouro Preto d'Oeste é fortemente orientada para a pecuária leiteira, possuindo cerca de 800 mil cabeças de gado (incluindo corte, minoritário). Existem hoje três grandes laticínios instalados em Ouro Preto e que comercializam leite e seus derivados para todo o Estado de Rondônia além de cidades do centro-sul do Brasil. Em Nova União, o rebanho bovino tem cerca de 126 mil cabeças e representa a maior relação de gado por habitante da região, respondendo por quase 30% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal (informação calculada a partir de dados do IBGE).

No entanto, nem sempre o pasto foi a principal atividade local e o horizonte da agricultura vem se modificando nos últimos 40 anos como em uma frente pioneira clássica. Até o fim dos anos 1990, apenas um grande laticínio era regularmente instalado em Ouro Preto d'Oeste. A transição do extrativismo para a agricultura moderna se iniciou em 1971, quando a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) instalou-se em Rondônia. A ida da CEPLAC para o Estado (a Comissão foi criada nos anos 1950, na Bahia) trouxe de volta o cacau para a região amazônica, de onde é nativo. Na virada dos anos 1980, foi a vez da cultura do café passar a ser incentivada pelo Estado. Ambas as lavouras foram desenvolvidas em sua

maior parte através de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e atingiram o ápice de produção nos anos 1980 e 1990, respectivamente, antes de começar a perder espaço para o gado. No auge, a produção de café representou perto de 20% do PIB de Nova União. Hoje, apenas 690 toneladas são produzidas no município, segundo o levantamento sistemático da produção agrícola (IBGE), o que representa 1,8% do PIB local. O cacau, por sua vez, perdeu ainda mais importância relativa ao café.

Município	Área (km ²)	População 2013	Densidade populacional	Rebanho bovino (2011)	Produção anual de leite, em litros (2011)	% da produção de leite do Estado (2011)
Ouro Preto d'Oeste	1970	37.928	19,25	340.610	54.152	7,7%
Urupá	832	12.974	15,60	156.434	32.936	4,7%
Mirante da Serra	1.191	11.878	9,97	105.471	15.958	2,3%
Nova União	807	7.493	9,29	126.513	26.347	3,7%
Teixeirópolis	460	4.888	10,64	95.241	16.208	2,3%
Total	5.260	75.161	14,28	824.269	145.601	20,7%

Tabela 1: Demografia e pecuária da região de Ouro Preto d'Oeste.

Fonte: IBGE, 2011 e 2013.

Como em outras frentes pioneiras, o mais provável é que a conversão de florestas em pastagens e a interdição total das queimadas tenham contribuído para o declínio da lavoura e a consolidação do pasto como principal atividade da economia rural. A rotatividade de solos e os SAFs da região eram, em certa medida, dependentes da queimada. Outras atividades ainda persistem, com forte vocação à subsistência. É o caso do arroz, do feijão e do milho, além da piscicultura. Todos esses produtos fizeram, em algum momento, parte de programas de incentivo técnico dos organismos estaduais e federais de fomento à agricultura, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RO) e a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA).

Mas, por diversas razões, dentre as quais descontinuidades e disfunções desse mesmo apoio técnico, acabaram entrando em declínio e não tiveram o mesmo sucesso que a pecuária do leite. Nesse último caso, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tornou-se o principal programa de financiamento e a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia (IDARON) oferece suporte à criação. Em 2013, a EMATER decidiu retomar o incentivo à produção de café. Apesar da progressão de 1% da produção entre 2013 e 2014, medida pelo IBGE em todo o Estado de Rondônia, ainda não é possível fazer uma avaliação da extensão desses incentivos.

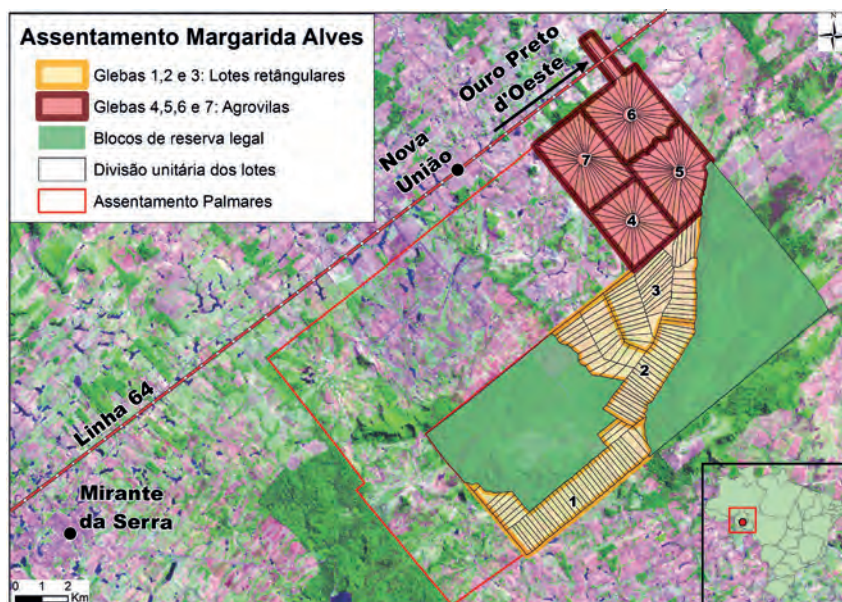


Figura 1: Agrovilas, lotes retangulares e reserva legal do Projeto de Assentamento Margarida Alves.

Fonte: Marcelo Pires Negrão, Projeto DURAMAZ, 2015.

▪ Margarida Alves

Fruto da aliança entre a Pastoral da Saúde (Diocese de Ji-Paraná) e o MST, o Projeto de Assentamento Margarida Alves foi criado pelo INCRA no

ano de 1997, juntamente com os Projetos de Assentamento Palmares e Padre Ezequiel, que fazem limite entre si. Essas foram duas das últimas grandes demarcações de terra do meio-leste rondoniense. O Palmares e o Margarida Alves tiveram origem com a desapropriação das antigas fazendas Fisher (Firasa) e Aninga, cujo tamanho ultrapassava os 22 mil hectares com títulos de propriedade concedidos durante os programas de colonização dos anos 1970. Apesar do contexto de forte desmatamento regional dos anos 1990, essas fazendas mantiveram-se relativamente florestadas e improdutivas até sua desapropriação.

Como a quantidade de terras disponíveis excedeu o número de indivíduos mobilizados inicialmente, um quantitativo suplementar de famílias foi atraído para a localidade. Como resultado, houve um desacordo inicial entre os adeptos da ação coletiva, em geral pertencentes ao Movimento e as demais famílias recém-chegadas que se orientavam por práticas individuais. Em razão dessa divergência inicial, o assentamento foi repartido em sete glebas, das quais quatro em formato radial (agrovilas) e outras três em forma de lotes retangulares tradicionais ou “espinha de peixe”. Essa distinção original nunca desapareceu e ainda se percebe uma desconfiança recíproca entre os moradores das agrovilas, onde os membros do MST são mais numerosos e os moradores dos lotes retangulares, onde prevalecem as famílias sem história no Movimento.

O PA Margarida Alves¹ possui assim 11.900 hectares de superfície e se distingue dos demais assentamentos da região pela constituição de dois blocos de florestas coletivas, na forma de uma reserva legal, conforme previsto no Código Florestal e no ZEE-RO. A reserva legal do Margarida Alves ocupa, aproximadamente, metade da superfície do assentamento (5.500 hectares). Na outra metade do PA, foram originalmente instaladas 258 famílias em lotes, com cerca de 24 hectares. Cada uma dessas famílias possui uma

¹ Margarida Maria Alves (1933-1983), que dá nome ao assentamento, foi uma sindicalista e defensora dos direitos humanos, além de ser considerada a primeira mulher a lutar pelos direitos trabalhistas femininos no Estado da Paraíba. Seu assassinato em 12 de agosto de 1983 na cidade de Alagoa Grande é tido como um crime originado por motivações políticas.

fração equivalente da reserva legal, sem demarcação específica. Os projetos de assentamento Palmares e Padre Ezequiel, vizinhos ao Margarida Alves e demarcados na mesma época, não possuem reserva legal, assim como os demais assentamentos da região, demarcados até os anos 1980, somente possuem reservas legais individuais. Por esse fato, a reserva do Margarida Alves constitui hoje um dos últimos remanescentes florestais da microrregião de Ouro Preto d'Oeste e faz parte do corredor ecológico do Parque Nacional do Picaás Novos, na fronteira com a Bolívia.

O PA Margarida Alves é relativamente bem desenclavado, acessível por rodovias asfaltadas e em bom estado de conservação. A sede do município de Nova União fica apenas a 2 quilômetros, a partir do acesso mais próximo do assentamento. As cidades de Ouro Preto d'Oeste (36 quilômetros), Mirante da Serra (20 quilômetros) e Urupá (18 quilômetros) são outras cidades de referência, cuja ligação é facilmente realizada por transporte público ou individual (moto e carro). A cidade de Ji-Paraná, vizinha de Ouro Preto d'Oeste, exerce influência indireta sobre o território do assentamento, especialmente por ser sede de alguns órgãos públicos estaduais e federais.

Assim como a economia agrícola regional, a principal atividade no interior do assentamento é a pecuária leiteira. A lavoura, no entanto, tem ainda uma pequena, mas importante participação nas atividades locais.

▪ Do DURAMAZ 1 ao DURAMAZ 2: heranças da Associação de Produtores Alternativos

A escolha do Assentamento Margarida Alves como campo de pesquisa DURAMAZ foi feita com o interesse de integrar à análise comparativa do programa uma localidade que sintetizasse as mutações territoriais do Estado de Rondônia, desde a colonização militar. O objetivo da primeira fase do programa nessa área foi de avaliar os impactos dos programas internacionais e de ONGs para a conservação realizados a partir dos anos 1980.

Por esse motivo, no DURAMAZ 1, a abrangência da pesquisa incluiu os assentamentos Margarida Alves e Palmares, nos quais foram entrevistados

60 domicílios. Na prática, esses dois assentamentos ocupam a mesma área da antiga fazenda Fischer, desapropriada pelo INCRA em 1997. Em 2007, ano da primeira pesquisa de campo, os assentamentos atravessavam um momento difícil em decorrência da falência da Associação de Produtores Alternativos (APA) (KOHLENER et al., 2011).

A associação foi criada em 1992 por iniciativa do STR de Ouro Preto d'Oeste e seus membros encontravam-se, em boa parte, nos assentamentos Margarida Alves e Palmares. O objetivo inicial era promover a agricultura familiar de pequena escala, sem pesticidas ou outros insumos químicos. Além disso, segundo alguns entrevistados na época, ela se destinava a promover a soberania alimentar - um conceito que vai além da "segurança alimentar" - outorgando aos membros da comunidade local o direito de escolher seu próprio modelo de produção e de consumo de alimentos.

Ao longo da década de 1990, os membros da APA passaram por intenso processo de formação técnica com o objetivo de reduzir o uso de pesticidas e agregar valor à produção através do beneficiamento de produtos agrícolas como café orgânico, mel e palmito, que eram comercializados através de uma rede de comércio justo para regiões do centro-sul do Brasil e também para a França. As mulheres foram envolvidas no processo visando garantir a segurança alimentar das famílias, utilizando produtos locais como compotas, doces e farinhas de nozes, milho e babaçu. A iniciativa da APA ganhou destaque na imprensa regional e nacional assim como em relatórios técnicos de organismos multilaterais, com destaque para o Relatório Anual *International Advisory Group* (IAG/PPG-7), do Banco Mundial e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) de 2005.

No entanto, esses mesmos relatórios apontaram a dificuldade da APA em manter um fluxo contínuo de produção e, ao mesmo tempo, a dependência de nichos sensíveis (distantes do local de produção e, portanto, sujeito a crises macroeconômicas). Ao final da década de 1990, a Associação já havia sofrido uma crise administrativa e financeira que a obrigou a buscar produtos no Estado vizinho do Acre para garantir a entrega dos pedidos. Nos anos 2000, os atrasos de pagamento enfraqueceram as ligações entre a Associação e os pequenos

produtores. Como resultado, ela passou a prestar serviços como consultorias para o poder público, descaracterizando por completo sua vocação e seus objetivos iniciais.

Uma diferença ideológica crescente provocou a divisão entre o MST e a APA, o que levou à perda do apoio popular que ainda restava. A intenção de consignar a reserva legal do Margarida Alves junto ao IBAMA, a fim de alavancar a produção associativa, foi um dos fatores decisivos dessa ruptura que culminou com a falência da associação em 2008, em meio a problemas administrativos e dificuldades em honrar seus compromissos com produtores e consumidores.

O primeiro trabalho de campo DURAMAZ, em 2007, coincidiu com o período de falência da APA e permitiu aos pesquisadores de campo reconstruir a ascensão e a queda desta que foi, sem dúvidas, uma importante iniciativa. A política da APA, em relação aos seus parceiros institucionais, expressava uma vontade de emancipação do conhecimento técnico-científico, opinião corroborada por todos os parceiros institucionais ouvidos durante a pesquisa (EMBRAPA, EMATER, CEPLAC, IDARON e prefeituras municipais). A APA rejeitava as soluções atreladas ao liberalismo econômico para as quais, segundo seus membros, reduziam os agricultores familiares a microempresários. Para isso, a principal estratégia da Associação foi atingir o mercado internacional através de redes de comércio justo. No entanto, o balanço final aponta que uma das razões do fracasso, para além dos problemas administrativos internos, foi a dependência de mercados distantes e de um comércio que, por ser justo, exigia a entrega de quantias determinadas (KOHLENER et al., 2011).

Cinco anos mais tarde, uma nova organização associativa estava em vias de consolidar o plano de manejo da reserva legal que havia sido concebido originalmente pela antiga diretoria da APA. Dessa vez, apenas moradores do Margarida Alves faziam parte da nova entidade, a Cooperativa Mista de Extrativismo Agricultura Familiar Ecologismo e Prestação de Serviços (COOMEAFES). No entanto, as dissensões no seio da comunidade persistiam e apenas moradores das agrovilas, com afinidade ao MST, aderiram massivamente à nova associação (cerca de 100 pessoas associaram-

se). Esse cenário foi determinante para que as pesquisas do DURAMAZ 2 centrassem suas ações no assentamento Margarida Alves em busca da continuidade necessária à coerência metodológica do programa. Nessa nova fase do programa, 81 famílias foram entrevistadas em dois meses de pesquisa de campo, nos quais os pesquisadores pernoveram em casas de famílias assentadas.

▪ Evolução da cobertura florestal

Outra vertente pela qual se interessa o DURAMAZ é a evolução do desmatamento utilizando técnicas de sensoriamento remoto. A aplicação dessas técnicas para o Margarida Alves nos ajuda comentar as disputas em torno da reserva legal.

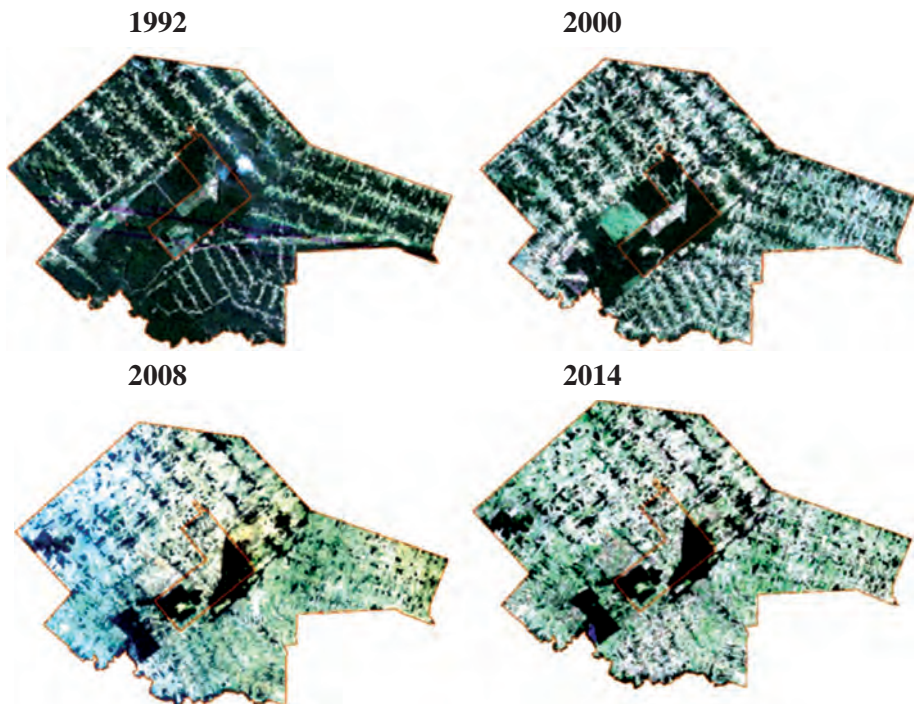


Figura 2: Imagens Landsat 5 231/068. Bandas 3, 2, 1 (fotomontagem).

Fonte: Marcelo Pires Negrão, Projeto DURAMAZ, 2015.

A série temporal das imagens permite observar um desflorestamento mais rápido e acentuado na zona contexto em relação a área de estudo. A mancha verde escura na direção sudoeste-centro da imagem representa o corredor ecológico do Pacaás Novos e a reserva legal do assentamento. No entanto, de forma surpreendente, a região apresenta níveis de recuperação da cobertura florestal acima da média dos demais campos DURAMAZ, entre 2008 e 2014, assim como acima da média geral para o mesmo período em toda a Amazônia brasileira, indica uma tendência a estabilização do desmatamento.

Na área de estudo, essa recuperação pode ser explicada, ao menos em partes, pela regeneração do desmatamento ocorrido em 2003, como consequência da invasão de 30 famílias no segundo bloco de reserva legal. Após a expulsão, depois de oito meses de ocupação ilegal, as cicatrizes do desflorestamento provocado são visíveis na imagem de 2008 - mas não mais na imagem de 2014. Por outro lado, as melhoras nos índices de cobertura florestal, registradas entre 2008 e 2014 na zona contexto, baseiam-se em três hipóteses: os efeitos positivos da interdição total de queimadas (que coincide com o período em questão), a regularização ambiental decorrente do CAR (Cadastro Ambiental Rural) e o maior respeito e fiscalização das Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Superfície desflorestada	1992	2000	2008	2014
Zona focal	88,77%	64,27%	37,89%	59,84%
Zona contexto	62,03%	46,78%	22,81%	44,94%

Tabela 2: Cobertura florestal (em % da área total) na área de estudo (Margarida Alves) e na zona contexto (*buffer*), de 1992 a 2014.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

Caminhos alternativos como aposta da sustentabilidade

▪ Origem e circulação dos habitantes

O Margarida Alves se caracteriza por ser um dos campos com a origem da população mais diversa do programa DURAMAZ. Dos 176 indivíduos entrevistados, contam-se originários de 88 cidades diferentes em 12 Estados brasileiros, cuja metade situa-se no centro-sul do país. Nenhum deles com mais

de 36 anos, na época das entrevistas, nasceu em Rondônia (ou no antigo território federal do Guaporé). Um contingente importante de pessoas do Margarida Alves tem, em particular, suas origens no oeste do Estado do Paraná e na região do Vale do Jequitinhonha, divisa entre os Estados de Minas Gerais e Bahia, além do norte do Espírito Santo. Essas regiões ficaram particularmente conhecidas no Brasil pela pobreza rural nos anos 1980 e tornaram-se notórios nichos de emigração. O impacto demográfico dos sucessivos programas de colonização regional é notório: a população de Rondônia passou de 111.000 habitantes, em 1970, para 1.728.000, em 2013.

O rápido acesso dos agricultores familiares aos centros urbanos próximos faz com que nesse campo não se observe o fenômeno da dupla-residência, comum em outros campos DURAMAZ 2 e detalhado no capítulo sobre "Circulação" do segundo volume deste livro. Apenas 1,2% dos entrevistados declararam ter uma outra residência em área urbana. Ao mesmo tempo, o Margarida Alves é uma das áreas de estudo mais circulantes do DURAMAZ 2: 94% dos entrevistados declararam ir à cidade ao menos uma vez por mês; 80% o fazem ao menos duas vezes no mês.

▪ Alimentação, produção agrícola e pecuária

O consumo alimentar também pode fazer sentir a origem migrante dos moradores do Margarida Alves. A caça e a pesca, pouco presentes, não são fundamentais para o regime alimentar local, cujos hábitos importados do centro-sul do Brasil apontam para um regime alimentar "não-amazônico". Os pratos locais são, essencialmente, compostos por arroz, feijão, verdura, salada e carnes variadas (boi, porco e galinha). Produtos tradicionalmente amazônicos foram, pouco ou nada notados, como peixe, caça e açaí. E mesmo a farinha de mandioca consumida localmente não é a tradicional farinha amarela, mas a farinha branca e fina, muito consumida no centro-sul do Brasil e praticamente desconhecida das populações enclavadas da Amazônia.

Essa diversidade de origens das famílias teve rebatimento direto nas culturas implantadas ao longo das quatro últimas décadas, tanto no assentamento como em toda a região. As primeiras lavouras não foram

apenas escolhas técnicas dos órgãos de pesquisa e fomento da agricultura, mas obedeceram também a um conhecimento trazido por esses migrantes de suas regiões de origem: o cacau foi trazido junto com a CEPLAC da Bahia e, o café, juntamente com a “lavoura branca” (arroz, milho e feijão) foram importados de Minas Gerais e do Paraná. As adaptações de um clima subtropical para um clima equatorial foram realizadas com relativo sucesso. O planejamento da safra do café, por exemplo, se faz nos meses de agosto e setembro em Rondônia, conquanto que no Paraná é feito nos meses de novembro e dezembro, em razão do regime de chuvas². No entanto, essa agricultura vem perdendo espaço há mais de 20 anos para a criação de gado. A transição definitiva para o pasto ocorreu, principalmente, pela interdição da “queimada” que, se por um lado contribuía para a abertura de novas pastagens, por outro, era uma técnica fundamental no cultivo do café, do cacau e da lavoura branca. Aliado à falência da antiga APA, esses fatores contribuíram para o declínio dos SAFs na região, observados na primeira fase do programa.

▪ Diversidade de fontes de renda: pluriatividade

O programa DURAMAZ dedica especial atenção à questão da renda das famílias e dos indivíduos. No capítulo deste livro, em que o tema é tratado, foca-se sobre a diversidade de fontes de renda que uma família e uma comunidade dispõem para si, além da composição dos ganhos entre renda monetária e renda não monetária (GUEDES et al, 2012), sendo essa última, fruto das trocas de produtos e serviços que ocorrem no interior das comunidades, além da variedade de uso dos recursos naturais disponíveis.

A renda média nominal das famílias progrediu de R\$ 828,00 para R\$ 1.328,00 entre o DURAMAZ 1 e 2, enquanto a média de pessoas por domicílio registrou queda de 4,48 para 4,04. Essa melhora da renda é referendada pelo aumento de equipamentos presentes nas casas dos entrevistados: média de 6,75 em 2007 e 8,9 em 2013, refletindo uma melhora no grau de inserção

² É importante notar que a opinião generalizada entre os antigos assentados é de que o clima mudou, em particular no que diz respeito ao regime de chuvas (hoje imprevisível).

econômica e do poder de compra, mas também de endividamento dessas famílias, já que quase 75% delas acessaram algum tipo de crédito bancário nos últimos cinco anos. A percepção de melhoria da renda e das condições de vida foram notadas, respectivamente, por 72% e 86% dos moradores.

A renda monetária dos moradores do assentamento é essencialmente proveniente de atividades agropecuárias e de alocações sociais (incluindo a aposentadoria rural). Aluguéis agrícolas e rendas urbanas ocupam um lugar marginal na composição da renda local. Há aqui uma dinâmica das atividades rurais que merece ser detalhada: metade das famílias do assentamento abandonaram ou iniciaram alguma cultura nos últimos dez anos. Esse abandono de antigas culturas e a escolha por novos produtos agropecuários nos fornecem pistas para comentar a transformação do território, do meio ambiente e da economia local.

Variável	DURAMAZ 1	DURAMAZ 2
Renda nominal	R\$ 828,00	R\$ 1.328,00
Pessoas por domicílio	4,48	4,04
Média de equipamentos por domicílio	6,75	8,9
Acesso ao crédito nos últimos 5 anos	-	74,1%
Percepção melhoria da renda nos últimos 5 anos		71,6%
Percepção da melhoria das condições de vida nos últimos 5 anos	-	86,4%

Tabela 3: Variáveis de composição da renda local.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

Verificou-se que a melhora considerável da renda se deveu, em particular, à expansão da atividade leiteira e ao incremento dos programas sociais. Em média, 80% da superfície das propriedades das famílias entrevistadas eram destinadas ao pasto (incluindo “pasto sujo”). A lavoura, por outro lado, permaneceu estagnada entre as duas pesquisas de campo. Hoje, três em cada cinco famílias têm no pasto sua principal fonte de renda, enquanto uma em cada cinco têm nas alocações sociais e nos salários regulares seu principal ganho monetário. A lavoura, que já foi a primeira fonte de renda dos moradores locais, manteve-se com uma família a cada cinco tendo nela sua principal atividade,

entre a primeira e a segunda fase do programa. Esses números colocam hoje as alocações sociais e os salários em igualdade de importância à lavoura como segunda fonte geradora de renda do assentamento. Soma-se ainda o fato de que o pasto é menos sujeito às mudanças e intempéries climáticas do que as atividades de lavoura.



Figura 3: Pasto e tanque de leite no PA Margarida Alves (fotomontagem).

Fonte: © Luciana Borges Mourão.

A melhora da renda das famílias atribuída ao incremento do pasto e dos programas sociais é notória. No entanto, esse aumento é reflexo da efetivação de uma espiral pela qual passaram inúmeras frentes pioneiras na Amazônia: redução da disponibilidade de recursos naturais que têm, por consequência, uma tendência a “especialização agrícola”, aqui orientada para o leite - não apenas do assentamento, mas em toda a região.

A diminuição dos recursos naturais e de possibilidades de uso do solo, com a respectiva especialização produtiva, tornam os produtores do Margarida Alves vulneráveis e dependentes das flutuações do mercado do leite e da carne. A estruturação da cadeia produtiva do leite na região em torno de três grandes laticínios ilustra ao mesmo tempo a melhora da renda (que se tornou mensal no lugar de anual) e a vulnerabilidade ao mercado (o mesmo ocorre com os produtos da lavoura, que são dependentes de agentes intermediadores que compram e revendem a produção).

Essa relativa precariedade de acesso aos mercados e às infraestruturas produtivas, em geral (não há, por exemplo, valor agregado aos produtos do assentamento, como havia na época da Associação dos Produtores

Alternativos), pode constituir grave impedimento à uma ascensão social e econômica perene, sugerindo que a atual melhoria de renda possa se degradar em circunstâncias macroeconômicas mais difíceis no futuro. Ainda que as populações rurais sejam dotadas de um formidável espírito de resiliência, não parece haver um leque de escolhas e alternativas duráveis de geração de renda em vista no assentamento Margarida Alves que possam compensar eventuais crises no setor agropecuário. A exceção encontra-se no plano de manejo da reserva legal que pode constituir uma alternativa de renda e para a sustentabilidade.

▪ O plano de manejo florestal do bloco de reserva legal

O cenário de pressão sobre os remanescentes florestais e a fragilidade em manter os ganhos socioeconômicos adquiridos pelos moradores do Margarida Alves têm, na reserva legal, um ponto de convergência: a formalização do plano de manejo pode se tornar um instrumento jurídico de proteção ambiental e uma nova fonte de renda aos moradores do assentamento.

Os inúmeros conflitos em torno do que hoje é a reserva legal datam ainda da época da antiga fazenda Fischer, pela ação de madeireiros ilegais da região. Com a demarcação do assentamento esse pedaço contínuo de cobertura florestal tornou-se propriedade privada - e ao mesmo tempo coletiva - das 258 famílias proprietárias de lote do assentamento.

Além da ocupação ilegal do ano de 2003 e dos conflitos com a direção da antiga associação local, a reserva legal continuou sendo alvo da ação de ilegal de madeireiros, nos tendo sido relatado que tais atividades continuariam a ocorrer na época da última pesquisa de campo.

A COOMEAFES assumiu então o papel de interlocutora com os órgãos ambientais e resgatou o projeto de criar um plano de manejo florestal. O objetivo do plano é elaborar um inventário florestal e, ao mesmo tempo, permitir a extração legal de madeira de forma não predatória. O plano de manejo contempla inicialmente o segundo e maior bloco da reserva legal, com uma superfície total de 3.078 hectares. Executado, em parceria com uma

madeira certificada por órgãos públicos ambientais, o plano beneficia em sua primeira fase cerca de 120 famílias com um rendimento extra de pouco mais de dois salários mínimos mensais, por um período de 12 a 18 meses.

Para que o plano de manejo entrasse em vigor, os órgãos ambientais exigiram uma adesão proporcional dos moradores ao tamanho da área a ser explorada. Assim, seria necessária a anuência de cerca de metade das famílias do assentamento para que o projeto saísse do papel. Ainda que se trate de um projeto que traz benefícios econômicos, a adesão só ocorreu de forma massiva entre os moradores das agrovilas - com afinidades ao MST. Os moradores dos lotes retangulares viram com desconfiança esse novo plano e em razão de feridas abertas do passado recusaram uma filiação em massa à COOMEAFES, vista por eles como a “cooperativa do MST”. Outros relatos dão conta de que alguns moradores dos lotes tradicionais, de forma pontual, recusaram-se a aderir ao plano por praticarem extração ilegal de madeira e que o plano de manejo traria de alguma forma um maior controle social e do poder público sobre a reserva legal.



Figura 4: Fotomontagem com sequências do Bloco de Reserva Legal do PA Margarida Alves: a floresta ao fundo, árvore selecionada para corte pelo plano de manejo florestal e cachoeira (fotomontagem).

Fonte: © Luciana Borges Mourão.

Por fim, ao sair do papel, o plano acabou ganhando credibilidade junto aos moradores que ainda o olhavam com desconfiança e, ao que tudo indica, haverá uma adesão maior por parte dos habitantes das glebas de lotes tradicionais quando a segunda fase do projeto iniciar (por enquanto sem data).

O plano de manejo florestal do Margarida Alves abre assim uma possibilidade a mais de ganhos em um território onde o leque de possibilidades de renda vem se restringindo com o passar dos anos. Em relação a primeira fase do programa, o manejo florestal da reserva legal substitui os sistemas agroflorestais como aposta para sustentabilidade do assentamento.

- Futuras gerações

Enfim, as opiniões sobre o futuro das novas gerações são divididas entre as famílias que participaram da pesquisa. Ao mesmo tempo em que as percepções positivas das condições de vida atuais podem influenciar na vontade dos pais de verem seus filhos permanecerem na terra, o tamanho reduzido dos lotes do assentamento Margarida Alves não permite com que a herança seja economicamente viável para mais de um herdeiro por família.

Para efeitos de comparação, uma propriedade é considerada minifúndio (economicamente inviável pelo INCRA) quando ela possui menos de um módulo rural, que na região de Ouro Preto d'Oeste equivale a 60 hectares. Os lotes do Margarida Alves possuem 48 hectares em média, 24 produtivos e outros 24 de fração ideal da reserva legal. Segundo o INCRA, pequenas propriedades são caracterizadas quando possuem entre um e quatro módulos fiscais (60 a 240 hectares na região). Os lotes de terra concedidos, entre os anos 1970 e 1980, possuem tamanhos que podem entrar nessa classificação de pequenas propriedades, enquanto os assentamentos dos anos 1990 estão abaixo desses valores.

Esse contexto poderia levar à compra de lotes por pecuaristas, diminuindo o número de propriedades e de mão de obra rural em comparação a lavoura. Essas são questões centrais para as futuras gerações do assentamento e que devem influenciar na decisão de partir, seja na busca de uma nova terra, seja para o meio urbano. Por hora, a compra e venda de lotes não resulta em grandes transformações territoriais, em razão de um bloqueio tácito imposto pelo MST e acatado pelo INCRA que impediu até o momento e titulação definitiva das terras. O futuro da agricultura familiar tende assim à manutenção da pecuária

leiteira e da policultura de subsistência, além da coabitação com propriedades maiores orientadas à pecuária de corte, fruto da venda de lotes pelos colonos desencorajados a ficar no local.

Transversalmente, a conclusão da formação escolar apareceu como fundamental para os jovens, segundo os entrevistados. O assentamento possui escola-polo que oferece ensino fundamental, mas para dar sequência ao ensino médio e, eventualmente técnico ou universitário, os jovens devem tomar a decisão de ir para a cidade, o que tem consequências sobre a organização do trabalho no interior da família, a qual já vem se modificando com a transição da lavoura (que demandava maior participação familiar na produção) para o pasto.

A virada agroecológica do assentamento Margarida Alves

▪ Origens

Como retratado no artigo de Kohler et al. (2011), a falência da APA não representou um fracasso em todas as suas dimensões. O espírito retratado de rejeição ao conhecimento técnico-científico exterior, ao liberalismo de mercado e à agroindústria de uma forma geral e aos pesticidas e transgênicos em particular, levou à continuidade de diferentes iniciativas no interior do assentamento após o fracasso da antiga Associação.

Foi o caso específico da utilização da homeopatia por grande parte dos moradores do Margarida Alves para tratamento de homens, animais e plantas (cerca de 60% dos entrevistados mencionaram o uso regular ou eventual). Entre as pesquisas de campo de 2007 e 2013, o uso da homeopatia ganhou novos adeptos. E isso ocorreu a despeito das divisões entre agrovilas e lotes tradicionais: a homeopatia parece penetrar horizontalmente por todo o assentamento, ainda que seus difusores tenham um laço histórico com o MST e a Pastoral da Saúde. Isso pode indicar que as atividades econômicas são um fator de convergência mesmo entre grupos de pessoas com divergências no plano social ou cultural.

A homeopatia popular teve início em Rondônia no ano de 1987, patrocinada pela diocese de Ji-Paraná como uma alternativa ao isolamento

e miséria de pequenos agricultores confrontados à precariedade no acesso ao sistema de saúde. Ela começou a ser difundida pela Pastoral da Saúde por meio de um programa de múltiplas faces que contempla alimentação, saúde e produção agrícola.

Com a evolução do programa, a proteção da saúde dos pequenos agricultores incluiu o combate à dependência de pesticidas utilizados nas plantações e no gado - retoricamente atribuídos ao agronegócio. Uma série de casos de câncer e infertilidade masculina, atribuídos ao uso dos agrotóxicos, estaria na origem da ampliação do uso da homeopatia para além do tratamento humano.

A homeopatia popular passou então a encarnar a emergência de um novo conhecimento local, de baixo para cima, em contraposição ao conhecimento técnico e científico - e do agronegócio em particular. Essa encarnação é na realidade coerente com a emergência do paradigma da Soberania Alimentar que ganhou visibilidade internacional durante a Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, patrocinada internacionalmente pela Via Campesina, da qual o MST é um de seus membros fundadores e mais atuantes.

Com efeito, a homeopatia constitui uma adaptação local dos ideais da Via Campesina (PERFECTO; VANDERMEER, 2010) de tal forma que o MST e a Pastoral da Saúde tentam recriar as condições para o que Rosset e Martinez-Torres (2013) chamam de um processo de "recampesinação": a criação de sociedades autônomas, emancipadas das leis de mercado e respeitando as tradições e o conhecimento local. A terra, nessa perspectiva, já não é considerada como mero "meio de produção", mas volta a se tornar um "território", ou seja, não apenas um espaço produtivo como também um espaço social ou socioecossistêmico.

▪ Do conhecimento institucional e dos princípios homeopáticos

Para combater a falta de suporte técnico e de assistência institucional, a Pastoral da Saúde e o movimento da homeopatia popular utilizam agentes multiplicadores com o objetivo de disseminar os princípios do tratamento homeopático. O princípio da multiplicação é uma alusão a forma de

manipulação da homeopatia: enquanto a alopatia cura pelos contrários utilizando a concentração de um princípio ativo para combater uma doença, a homeopatia cura pelos semelhantes, diluindo a matriz ou tintura dinamizada dezenas ou centenas de vezes.

Não cabe a nós aqui emitir qualquer juízo sobre a eficácia da homeopatia, mas tão somente compreender seu papel central na criação de um sistema de valores locais, dito contra-hegemônico e que teve como consequência prática o desenvolvimento de sistemas agrícolas e pastoris orgânicos (ou com baixo grau de utilização de pesticidas).

A circulação promovida pelos agentes de saúde multiplicadores foi determinante para que esse conhecimento ganhasse aderência junto à população local. Os relatos de cura de doenças de seres humanos e de um melhor funcionamento da produção agrícola se disseminaram - um dos principais agentes difusores ficou famoso na região por ter alegadamente curado um câncer com um tratamento Isoterapêutico.

Dentre as utilizações que se tornaram mais populares no assentamento, encontra-se a preparação do sal mineral administrado contra a mastite nos gados e cuja formulação inclui remédios homeopáticos. Também preparos para o combate de carrapatos e outros parasitas foi frequentemente citado como sendo eficaz pelas famílias entrevistadas. Por outro lado, o uso de agrotóxicos no assentamento vem se tornando motivo de constrangimento para aqueles que o ainda fazem de forma regular.

Assim, a imagem da multiplicação e da circulação da homeopatia nos parece fundamental para explicar o sistema de valores que vem sendo forjado. Em uma compreensão material, a multiplicação pode ser entendida como a diluição e distribuição do produto homeopático, assim como a circulação faz referência às informações e conhecimentos capazes de ampliar e reproduzir os efeitos multiplicadores. No plano imaterial, a multiplicação faz referência ao fortalecimento de um conhecimento camponês com enraizamento local e transversal a toda a população do território - cuja metáfora é a multiplicação dos pães e dos peixes. A circulação faz referência ao caráter compartilhado, não comercial e desprovido de especulação geralmente relacionada ao

agronegócio. A homeopatia torna-se não somente um compromisso social, sob a forma da luta de classes, mas toma também uma dimensão espiritual na busca pela harmonia social e da natureza com rebatimentos e benefícios sobre o meio ambiente. Nas palavras de nossos informantes, a homeopatia e o sistema que a envolve compara-se à “cultura da vida” e o sistema convencional e intensivo torna-se um difusor de doenças, ou seja, a “cultura da morte”.

Conclusão

A luta pela terra na ocupação da Fazenda Fischer moldou a coesão social no PA Margarida Alves e ainda é perceptível entre os moradores das agrovilas. O capital social adquirido, citando Coleman, cria a capacidade de se juntar para conseguir objetivos comuns. As orientações propostas pela COOMEAFES são geralmente seguidas, tal como as diretrizes atuais do MST e do STR (cultivar com pouco insumo químico, melhorar a educação escolar e consciência política, além de empoderar as mulheres). Entre os membros do STR, observa-se uma forte assistência da igreja, onde se difundem ideias ecológicas.

Assim, a prioridade parece ser melhorar as condições de vida com uma renda garantida, mas sem chegar à acumulação de capital. Observa-se uma baixa produtividade leiteira (média de sete litros/dia por vaca), assim como os pastos não são limpos em razão da proibição de queimada. O gado serve prioritariamente como um seguro, contra os eventuais acidentes da vida.

Por outro lado, observa-se que já ocorre uma pequena, mas significativa rotação entre os proprietários com a venda ilegal de lotes (já que eles ainda não receberam a titulação definitiva), permitindo a entrada de agricultores convencionais com projetos econômicos definidos, especialmente nos lotes convencionais - espinhas de peixe. Esses novos proprietários têm geralmente em comum o fato de serem evangélicos e um poder aquisitivo superior aos colonos originais - em geral católicos. Dois sistemas parecem então coexistir e ambos permitiriam uma melhoria das condições de vida respaldados pelo significativo aumento da renda familiar.

Por fim, a reserva legal continua com estatuto incerto, já que a entrada é mais fácil do lado dos lotes retangulares, assim como pelas propriedades externas ao assentamento. Apesar do plano de manejo e da melhoria do controle social e pelo poder público, ainda há um potencial de conflito não negligenciável. O envolvimento de políticos e autoridades regionais com o mercado paralelo de madeira pode também influir na fiscalização necessária. A ocupação ilegal sofrida nos anos 2000 mostra que as zonas preservadas são alvo privilegiado para novas invasões, mais ou menos premeditadas. A segurança das áreas de proteção ambiental depende assim da gestão dos fluxos migratórios, da estruturação de políticas públicas formais de conservação na escala local e da fiscalização dos próprios assentados.

PA Margarida Alves		
<i>Área</i>		
Região	Leste do estado de Rondônia.	
Estatuto legal	Projeto de Assentamento (PA).	
Vegetação	Floresta mesófila.	
Acesso	Estrada.	
Comunidade estudada	PA Margarida Alves.	
Atividades econômicas principais	Pecuária leiteira, café, cacau, madeira.	
Aposta de sustentabilidade	Sistemas agroflorestais, valorização da produção local.	
Equipe de campo	Florent Kohler, Marcelo Negrão, Marcel Bizerra de Araújo, Luciana Borges, Sofia Dagna.	
<i>Características do sítio</i>		
	DURAMAZ 1	DURAMAZ 2
Área desmatada	32.8 %	33.5 %
Moradias pesquisadas	60	81
Número médio de filho por família	2.13	3.43
<i>Condições de vida</i>		
Acesso à rede elétrica 24hs	100 %	100 %
Acesso à água encanada/tratada	10 %	10 %
Custo médio para ir à cidade (R\$ ida e volta)	10	6
<i>Renda e nível de vida</i>		
Renda média (salários mínimos)	2.18	1.96
Pessoas com meio de transporte motorizado	8.33 %	87.7 %
Pessoas com telefone celular	55 %	86.4 %
<i>Modo de vida</i>		
Pessoas que costumam caçar	0 %	11.4 %
Pessoas que costumam pescar	1.6 %	60.5 %

Tabela 4: Síntese dos indicadores para o sítio PA Margarida Alves.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.